



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

**Participação política e os players sem estatuto: O caso dos
trabalhadores da Indústria de Caju de Angoche**

André Cristiano José
Universidade de Coimbra



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

1. Introdução

Frágil, emergente, desestruturada, desmobilizada, apática e dependente são alguns dos termos a que normalmente se recorre para caracterizar a sociedade civil moçambicana, quase sempre entendida como sinónimo de associação (no sentido jurídico-formal) ou organização não-governamental. A sociedade civil assim entendida tem, ainda, merecido a benevolente designação de “sociedade civil organizada”, sendo contraposta a outras formas de organização social e modos de vida, comodamente arrumadas no caixote da “sociedade civil não-organizada” (ou desorganizada).

Esta distinção, longe se ser inocente, significa, por um lado, reivindicar exclusivamente para determinados actores o privilégio de representação e participação política e, por outro lado, legitimar determinado tipo de intervenções na sociedade, com vista a transformar as camadas ou grupos “desorganizados”, “frágeis” e “desmobilizados” no seu oposto, isto é, torná-los dignos de pertencer à sociedade civil. Trata-se, no fundo, de instalar uma nova missão civilizadora. Não será por mero acaso que apenas os actores “organizados” gozem da prerrogativa de dialogar com o governo nos diversos mecanismos institucionais de auscultação sociedade civil moçambicana.¹

Entendo, aliás, que existe uma articulação estreita entre os programas de reajustamento estrutural,² a democracia multipartidária, a ajuda externa e os empenhos na criação e legitimação de uma sociedade civil forte em Moçambique, fazendo esses processos parte de um conjunto mais alargado de regras de domesticação de Moçambique às novas políticas de desenvolvimento. É assim que a chamada sociedade civil incorpora os discursos e práticas de desenvolvimento, assumindo-se como a linha da frente de combate contra a pobreza e outros novos males que nos têm sido diagnosticados. Não é, de certo modo, surpreendente que os “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio” sejam simultaneamente utilizados como uma das mais importantes bandeiras do governo, e como slogan do segundo Fórum Social Moçambicano.

Esses novos processos de promoção/despromoção, legitimação/deslegitimação e qualificação/desqualificação da sociedade civil autorizam-nos a levantar a hipótese de que, à semelhança do que aconteceu no período colonial, estão a ser erigidas e reproduzidas, de

¹ O caso do Observatório do Desenvolvimento é paradigmático. Trata-se um fórum de natureza consultivo, cujo objectivo é aprofundar a interacção entre o governo e os seus parceiros na monitoria e avaliação das políticas que visam a redução da pobreza. Para além dos representantes do governo, participam no Observatório do Desenvolvimento algumas ONGs que operam em Moçambique.

² Os programas de reajustamento estrutural foram formalmente introduzidos em Moçambique em 1987, ano em que o governo aprovou o Programa de Reabilitação Económica. Em 1990, foi aprovada a nova Constituição que instituiu a democracia multipartidária, direito de associação, entre outros direitos individuais e colectivos.

diversas maneiras, estratificações excludentes na sociedade civil moçambicana. Por exemplo, num estudo realizado em quatro cidades moçambicanas, Carlos Serra (2003) mostra que determinados actores e instituições da sociedade civil situam-se num campo relacional de dominação que os condena a uma vida precária. Serra conclui que os actores da sociedade civil estão amarrados a um círculo vicioso que os incapacita. Por um lado, são vulneráveis aos fenómenos da natureza e à insegurança do seu modo de vida e, por outro lado, a sua condição, ao empurrá-los para uma “interpretação emocional e antropomórfica da vida”, reforça essa mesma vulnerabilidade e insegurança (Serra, 2003: 70).

Contudo, tanto a vertente evangélica que se empenha na eleição de almas capazes e dignas de “ser”, como os exemplos (importantes) que nos alertam para os contextos de desumanização da vida e de incapacitação da contestação, não esgotam a realidade da sociedade civil moçambicana, certamente múltipla e heterogénea.

Este trabalho pretende modestamente contribuir para a compreensão dessa multiplicidade de histórias, com a esperança de que nos ajude a equacionar a ampliação de futuros. Pretendo mostrar que as lutas desenvolvidas pelos trabalhadores da indústria de caju da Companhia de Culturas de Angoche (CCA) contra os mecanismos de dominação a que estão sujeitos, não só tornam desconfortável e difícil o exercício do poder hegemónico que lhe oprime, como também criam e abrem espaços de negociação política ou, como diz José Manuel Mendes (2004), criam um “espaço público dialógico e participado” no qual se interpela a hegemonia do Estado e de outros poderes.³ Numa palavra, mostrarei um caso em que a “sociedade civil não-organizada” conquista o lugar de *player* com algum estatuto e cuja experiência de luta obriga-nos a transgredir o conceito tradicional de participação política. Com José Manuel Mendes, entendo que o social é um campo de “efervescência política”, no qual os grupos dominados não são meros espectadores, passivos, sujeitos a uma relação de absoluta subordinação. Antes, interagem de maneira diversa com o mundo e com as estruturas de poder e são também produtores de fracturas internas construídas em torno de questões étnicas, raciais, económicas, sexuais, etc., num jogo complexo de estratégias que lhes permitem articular alianças e lealdades (Mendes, 2005; 2003: 72).

³ A cidade de Angoche é a sede do distrito com o mesmo nome, um dos dezoito distritos da província de Nampula, situada no litoral-norte de Moçambique.

2. Construindo players e estatutos

Desde o início dos anos 90 que tem vindo a aumentar substancialmente o número associações e organizações não-governamentais em Moçambique, tanto nacionais como estrangeiras. Este crescimento está certamente associado ao novo quadro jurídico-constitucional do pluralismo político e de reconhecimento da liberdade de associação, mas é sobretudo produto da canalização de recursos humanos, financeiros e organizativos dos organismos internacionais de cooperação e das ONGs dos países centrais para Moçambique. Segundo o INE (2006: 43-44), operam em Moçambique cerca de cinco mil instituições sem fins lucrativos, quase na totalidade (cerca de 99%) constituídas por associações e ONGs implantadas sobretudo nas zonas rurais e formadas por pequenos agricultores, pescadores, pastores, artesãos e outros grupos, com o objectivo de melhorarem as condições de vida nas comunidades.

O actual contexto político, económico e social não só proporcionou o aumento do número de associações e ONG, como também alargou as respectivas áreas de intervenção, indo para além do simples assistencialismo e passando a abarcar diversas áreas dos sectores económico, social, cultural e político.

Estas transformações respondem, na verdade, ao chamamento da nova ordem internacional que exige da sociedade civil uma missão vanguardista nos contextos do que usualmente se tem designado “transição democrática”. À sociedade civil reserva-se fundamentalmente duas tarefas centrais: a tradicional função de controlo da actividade do Estado; e o papel de colaboração com Estado (e, por vezes, mesmo a sua substituição) nos sectores importantes da vida social. A participação configura-se então como a palavra-chave que, por um lado, permitiria à sociedade civil a assunção de uma dupla missão histórica como destinatário e protagonista dos programas de desenvolvimento e, por outro lado, transformaria o Estado numa entidade transparente, monitorável, acessível e democrática.

Com a crise dos modelos desenvolvimentistas em África, a partir nos meados da década de 80 do Século XX, a relação virtuosa entre a sociedade civil e o Estado passou a ser propalada com maior acuidade, tendo como promotor e patrocinador o Banco Mundial.⁴ Essa relação é

⁴ Veja, por exemplo, os seguintes relatórios do Banco Mundial: “Sub-saharian Africa: From Crisis to Sustainable Growth” (1989); “From Civil War to Civil Society: The Transition from War to Peace in Guatemala and Liberia” (1997); e “The Nexus Between Economic Management and Civil Society in Countries Emerging from War in Southern Africa” (1999).

actualmente uma das componentes obrigatórias dos programas de combate à pobreza em Moçambique, no âmbito dos quais estão previstos mecanismos de participação da sociedade civil.

Contudo, o sentido da participação tem sido desvirtuado por duas vias, nomeadamente, no que respeita às formas de representação e às efectivas possibilidades de formulação e discussão das políticas públicas. Por um lado, os de austeridade são dominados pelas organizações com estatuto, no duplo sentido de serem juridicamente constituídas e de gozarem uma reputação social forte, normalmente advinda da pujança financeira e organizacional. Por outro lado, a participação, na maior parte das vezes, não passará de um mero mecanismo formal de legitimação das políticas. Estas são, aliás, algumas das conclusões a que se chegou num estudo recente sobre o Observatório da Pobreza,⁵ segundo o qual o papel das organizações da sociedade civil no Observatório da Pobreza não tem sido muito mais do que o de “participar na participação” (Francisco e Matter, 2007).

Provavelmente não seja exagerado fazer uma analogia entre os arautos do desenvolvimento e o *player* cantado por Ziqo.⁶ Os *players* transaccionam (des)vantagens e saem quase sempre a ganhar. Como na música de Ziqo, no caso dos missionários e agentes de desenvolvimento não estamos perante um “*player* qualquer”. Trata-se de “*players* com estatuto”, criados, reconhecidos e respeitados pelo mundo desenvolvimentista.⁷

Os “*players* com estatuto” podem variar em função de vários aspectos, entre os quais, do poder que detêm, do âmbito de intervenção, dos interesses que os movem e até de um certo sentido estético. Mas têm em comum o facto de lhes ser reconhecida uma certa capacidade e legitimidade de representação, e de gozarem da prerrogativa de tirarem partido da posição que ocupam na teia de relações em que se inserem.

Esta será eventualmente uma das coreografias mais sedutoras da dança da ajuda ao desenvolvimento: a proliferação de agências de cooperação, de organizações não governamentais, de activistas profissionais e de agendas (nem sempre pronunciáveis) permite, por parte dos “*players* com estatuto”, a escolha múltipla e selectiva de parceiros, dispostos a pagar por cada passo de dança. Um coordenador de uma organização não-governamental,

⁵ Por determinação do governo, o Observatório da Pobreza passou a designar-se Observatório do Desenvolvimento.

⁶ Ziqo é um músico moçambicano. A música em causa chama-se *maboazuda*. *Player* é expressão corrente no vocabulário popular em Moçambique. Significa pessoa astuta.

⁷ A música pode ser uma das janelas através da qual podemos lançar olhares sobre os mundos que habitamos e que nos habitam e, nessa medida, uma particular forma de interpelação da sociedade. Veja, por exemplo, o trabalho de recolha de música de protesto contra o poder colonial e contra o Estado pós-colonial na província de Gaza, feito por Alpheus Manghezi (2003).

acotovelado por *players* mais poderosos, lamentava-se da pouca frequência nos salões de dança: “quem quer dançar connosco, se não temos dinheiro?”.

Este tipo situações não esgota, obviamente, as realidades da “sociedade civil”. Esta, na sua multiplicidade, comportará perfis e relações de natureza diversa. Não podemos, no entanto, descurar o facto de que certo tipo de discurso e práticas institucionais está a (des)estruturar cada vez mais a forma como olhamos para nós próprios, despidos de história e carentes de futuros. Contudo, a história dos trabalhadores da indústria de caju de Angoche ensina-nos precisamente contrário. Ensina-nos que as lutas sociais mantêm abertas as portas da história.

3. O contexto de Angoche

A cidade de Angoche atravessa uma crise económica sem precedentes, depois de passado por períodos de prosperidade praticamente desde os meados do Século XX até aos primeiros dez anos de independência.⁸ O encerramento das principais unidades industriais – as três fábricas de processamento de caju, a fábrica de descasque de arroz, as duas empresas de pesca industrial, a empresa madeireira e uma salineira – transformou Angoche numa cidade estéril, abandonada à sua sorte. De “Angoche industrial” restam escombros e memórias nostálgicas de um passado áureo.

A crise industrial arrasta consigo a rede comercial que reduz-se a pouquíssimos grossistas e pequenas mercearias, um talho e duas padarias. Milhares de Angocheanos estão condenados ao desemprego e à pobreza, gerindo os poucos recursos que retiram das machambas e do mar ou empenhando-se em pequenos negócios de carpintaria, alfaiataria e mecânica.

Dada a escassez de terra arável, a indisponibilidade de tecnologias, a inacessibilidade das instituições de crédito e as limitações do mercado agrícola, a pesca artesanal é a grande alternativa para os angocheanos, na sua maioria associados em pequenas embarcações familiares e integrados numa ampla rede pescadores, puxadores de rede, fumadores de peixe, secadores, transportadores, intermediários e revendedores. Contudo, a pesca artesanal enfrenta dois constrangimentos muito sérios: as dificuldades de acesso ao crédito e a prepotência dos pescadores industriais que impunemente assaltam as áreas reservadas à pesca artesanal e destroem as espécies.

⁸ A cidade de Angoche é a sede do distrito de Angoche, um dos 18 distritos da província de Nampula, situada no litoral-norte de Moçambique.

Do ponto de vista político, a cidade de Angoche tem sido arena de confrontações violentas entre os principais partidos políticos do país, a Frelimo e a Renamo.⁹ As duas eleições autárquicas realizadas em Moçambique contribuíram para a intensificação dessas rivalidades, algumas das quais se manifestaram em agressões físicas (Ossemane, 1999). Alguns membros e simpatizantes da Renamo foram julgados e condenados a penas de prisão. Os motivos foram vários: rasgar boletins de voto e cartões de eleitores; manifestações ilegais; agitação; etc.¹⁰ Alegando fraude no processo, a Renamo não concorreu nas primeiras eleições autárquicas e apelou ao boicote. Procurando capitalizar a popularidade de que goza no distrito, o presidente da Renamo terminou a campanha do boicote em Angoche. Esta campanha resultou na maior abstenção da curta história da democracia multipartidária moçambicano, atingindo os 85%.¹¹ Nas segundas eleições autárquicas, a participação da Renamo resultou na vitória em cinco municípios.¹²

A vitória da Renamo reflectiu-se directamente na dinâmica das autoridades comunitárias locais, bem como de instituições locais de segurança e de resolução de conflitos, como são os casos dos conselhos de policiamento comunitário e dos tribunais comunitários. O conselho municipal (da Renamo) desencadeou um processo de implantação de uma rede de autoridades comunitárias locais e de membros de policiamento comunitário (em substituição dos grupos dinamizadores implantados pela Frelimo), ao mesmo tempo em que questiona a legitimidade dos juízes dos tribunais comunitários, muitos dos quais vindos do época dos tribunais populares.

Se a Renamo questiona a legitimidade das estruturas implantadas pela Frelimo, o processo de legitimação e reconhecido das autoridades comunitárias conduzido por aquele partido também tem merecido reservas por parte dos membros da Frelimo. De facto, os próprios representantes locais da Renamo assumem que na prática se trata de um processo unilateral de legitimação de entidades que mereçam confiança política. A Renamo acaba, assim, por reproduzir os modelos que critica, ainda que actuando num contexto multipartidário.

⁹ A Frelimo é o partido do governo, desde a independência nacional (em 1975). A Renamo é o maior partido da oposição. A Frelimo e a Renamo opuseram-se num conflito armado até 1992, ano da assinatura dos Acordos de Paz.

¹⁰ AWEPA, *Boletim sobre o processo de paz em Moçambique*, número 21, de 21 de Julho de 2008.

¹¹ O voto vencido de dois juízes-conselheiros do Tribunal Supremo sugere que, apesar de não ter havido concorrência significativa na maior parte dos municípios, tinham algum fundamento as denúncias de fraude eleitoral levantadas pela Renamo e outros partidos da oposição (Ver Acórdão do Plenário Tribunal Supremo de Moçambique, publicado no BR n.º 32, I Série, de 17 de Agosto de 1998).

¹² Nas eleições a que nos referimos (ano 2003), existiam em Moçambique 33 municípios.

Na verdade, a instalação de uma estrutura político-administrativa paralela significa para muitos cidadãos não exercer alguns dos direitos mais elementares. A estrutura administrativa dos bairros instalada imediatamente a seguir à independência nacional (chefes de 10 casas, chefes de quarteirão e secretário de bairro) em princípio permitiria o controlo social dos moradores e o conhecimento da situação sócio-económica de cada família. O sistema burocrático das instituições públicas e privadas está, em muitos casos, construído no pressuposto de que aquela organização administrativa é funcional. Assim, para diversos fins (emprego, educação, adopção, patrocínio judiciário, recenseamento militar, instalação água e energia eléctrica, exploração de estabelecimento comercial, benefício de subsídios de várias ordens, etc.), consoante as situações, o secretário de bairro certifica a residência, o comportamento ou a situação social e económica dos moradores do bairro. O facto de existirem dois sistemas paralelos de administração, desarticulados e conflituais, não só dificultam o funcionamento burocrático do Estado, como tem impedido o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. As declarações emitidas pelos antigos secretários de bairro nomeados pela Frelimo não são reconhecidas pelo Conselho Municipal, cujo presidente é da Renamo. As declarações emitidas pelos novos secretários não reconhecidas pela administração do distrito, representante local do governo da Frelimo. O caso de Angoche parece confirmar uma das hipóteses do trabalho de Mamdani (1996) segundo a qual os estados pós-coloniais africanos foram bem sucedidos na desracialização da sociedade civil, mas que fracassaram na sua democratização.

É nestes contextos de crise económica, de pluralismo político e administrativo e de intensa conflitualidade social que se situam os trabalhadores da indústria de caju de Angoche e que desenvolvem a sua luta. Tratando-se de um meio onde existe um relativo equilíbrio de forças por parte dos principais partidos políticos e, conseqüentemente, onde os resultados eleitorais são sempre imprevisíveis, abrem-se novos espaços de luta e de participação política.

3.1. A crise da indústria do caju: o caso da Companhia de Culturas de Angoche (CCA)

Depois de Moçambique ter sido o maior produtor mundial de castanha de caju em 1974 (com cerca de 42,7% da produção mundial), a economia moçambicana do caju entrou em decadência nos meados dos anos 80, como consequência das políticas de desenvolvimento rural, da guerra, dos problemas de gestão e da falta de investimentos (Leite, 1999: 6-7). Contudo, ao impor a liberalização da exportação do caju em bruto, a partir dos meados dos anos 90, o Banco

Mundial, apoiado governo e por alguns sectores do empresariado moçambicano, desferiu o golpe final contra o sector do caju, já moribundo. Ao contrário do que supunha o Banco Mundial, a liberalização das exportações não proporcionou ganhos acrescidos aos camponeses. Antes, expôs a suas fragilidades, sujeitando-se ao poder de comerciantes e intermediários. Além do mais, aquela política contribuiu para o encerramento de cerca de 10 mil postos de trabalho na indústria do caju em todo o país. Na cidade de Angoche foram encerradas duas fábricas das três fábricas existentes.¹³

A terceira fábrica, a CCA, conta uma história bastante particular. A CCA foi abandonada pelos proprietários em 1981, perante uma inconciliação de interesses entre o capital estrangeiro e o Estado, discordantes em relação às regras de amortização das dívidas da empresa para com o Estado e quanto ao tipo de intervenção da empresa nas novas políticas de desenvolvimento.

Uma comissão de trabalhadores, tutelada pelo Estado, garantiu a gestão da empresa, entre os anos 1981 e 1984. Neste ano, por ordem do Secretário de Estado do Caju, foi suspenso o funcionamento da fábrica, tendo os 1793 trabalhadores, entre os quais 435 mulheres, recebido uma declaração escrita, informando-os de que, por impossibilidade de “enquadramento”, encontravam-se numa “situação de dispensa por um período indeterminado até que a situação se normalize”.

De modo diverso do que aconteceu com a generalidade das empresas que estavam na mesma situação, estranhamente a CCA não foi nacionalizada. Contrariando a política e a prática da época e orientado por critérios de racionalidade económica, o Estado entendeu não administrar a CCA, não permitir a continuidade da gestão por parte da comissão de trabalhadores, nem colocar os trabalhadores noutra tipo de actividades produtivas ou noutras fábricas de caju (ainda) em funcionamento na cidade. Antes, o Estado optou por deixá-la andar ao sabor dos interesses privados que se foram afirmando em torno das oficinas da fábrica, dos imóveis, dos terrenos e das plantações. Além do mais, a fábrica foi encerrada sem que tivessem sido pagos sete meses de salário aos trabalhadores, não obstante o facto de o Estado ter prometido vender determinada castanha armazenada para efectuar os pagamentos em causa.¹⁴ Isto, num contexto em que se propalava a necessidade de uma articulação virtuosa entre a transformação das relações de

¹³ Para maior desenvolvimento desta questão ver World Bank (1995; 1995a); Hilmarsson (1995); Deloitte & Touche ILA (Africa) (1997); Leite (1999); McMillan, Rodrik e Welch (2002); Pitcher (2002); Ribeiro (2004).

¹⁴ O stock era de cerca de 40 mil toneladas.

produção, o dirigismo estatal e a participação popular, com vista à materialização do paradigma socialista moçambicano.

Até hoje, os trabalhadores não receberam o que lhe é devido. Esta é precisamente a principal causa das lutas que os trabalhadores da CCA desenvolvem desde 1986. Entretanto, a fábrica passou sucessivamente por mãos de privados, tendo finalmente sido comprada pela empresa Gani Comercial no ano de 2003. Desde então, os trabalhadores a luta dos trabalhadores tornou-se mais difícil, enfrenta uma teia de interesses composta por empresários, políticos, sindicalistas e magistrados.

4. O quotidiano de Luta dos trabalhadores da CCA: contra as “promessas sem destino”

4.1. Organização e mobilização

Após o encerramento da CCA, os trabalhadores seguiram trajetórias diversas. No entanto, é possível agregá-los em dois grupos: um muito mais numeroso, constituído pelos trabalhadores que saíram da fábrica e tentaram sobreviver fora dela; e outros, composto por técnicos de oficina e funcionários administrativos no total de 38, que permaneceram na fábrica trabalhando por conta própria nas oficinas e arrendando os imóveis da empresa, entre 1984 até 1992. Nesse ano a fábrica foi comprada por uma sociedade cujo sócio maioritário era um proeminente político do Partido Popular de Espanha.

A divisão dos trabalhadores em dois grupos conduziu, pelo menos numa fase inicial, à fragmentação das estratégias de luta e dos interesses reivindicados. Ainda que, posteriormente, a luta tivesse obrigado a uma certa convergência de estratégias, a verdade é que aquela separação acabou por proporcionar o desenvolvimento de subgrupos com interesses distintos entre os trabalhadores. De um lado, a comissão dos trabalhadores, liderada pelo antigo chefe dos recursos humanos da CCA, representava todos os trabalhadores da fábrica de caju da CCA (1793 trabalhadores) que exigiam ao governo o pagamento dos sete meses de salário que ficaram por pagar em 1984; de outro lado, o comité sindical, em representação dos 38 trabalhadores que permaneceram na fábrica e que reivindicavam dos novos proprietários o pagamento de uma indemnização ou a revisão das condições de trabalho.

De modo diferente em relação ao que aconteceu com quase todos os sindicatos moçambicanos, o comité sindical da CCA nasceu da necessidade pragmática de

institucionalização das reivindicações dos 38 trabalhadores e não como produto da criação da Organização dos Trabalhadores Moçambicanos – Central Sindical (OTM) e do partido Frelimo.

A OTM foi criada em 1984 como estrutura de base do Partido Frelimo, tendo assumido, no âmbito do paradigma da unidade sindical, as responsabilidades de criação, de tutela, de coordenação e de representação de todos sindicatos a nível nacional. No mesmo ano, a CCA foi fechada, extinguindo-se as embrionárias estruturas políticas e representativas dos trabalhadores que tinham sido criadas, como é o caso do Conselho de Produção (em 1977).

Os trabalhadores assumem formalmente a existência do comité sindical, respondendo, assim, tanto às exigências dos processos conflituais de que fazem parte, como às expectativas dos seus interlocutores, nomeadamente, do governo, da administração do distrito, dos tribunais e dos proprietários da CCA. Contudo, na prática o comité sindical reduz-se a quatro trabalhadores; não foi constituído formalmente; funciona de forma desburocratizada; não tem qualquer forma de quotização dos membros; e não tem vínculos com o sindicato nacional do ramo a que pertence. Aliás, os trabalhadores da CCA sentem na pele o abandono e a oposição da OTM, por eles considerada a principal aliada do governo, do Estado e dos proprietários da CCA.

Na verdade, a OTM tentou deslegitimar a luta dos trabalhadores, considerando-a ilegal e sem qualquer fundamento, facto que suscitou uma reacção formal dos trabalhadores da CCA, denunciando a promiscuidade entre aquele organismo sindical e a Gani Comercial:

Concluimos que por aquilo que temos vivido no que diz respeito ao papel da OTM Provincial sobre o assunto, os trabalhadores estão desapontados e estranham categoricamente a ligação desta Organização com a entidade patronal que não passam de mais empregados da Gani Comercial, visto que temos assistido que todas as despesas inerentes à vossa deslocação têm sido de inteira responsabilidade da entidade patronal.¹⁵

Por seu turno, a Comissão dos trabalhadores da CCA reúne um grupo de trabalhadores que se assumiu como representante dos demais. Este engajamento “informal” acabaria por custar caro aos trabalhadores que viram a sua pretensão indeferida pelo tribunal, norteado por uma concepção legalista e restritiva do direito. Por não existir qualquer vínculo formal que autorizasse a representação de interesses dos trabalhadores, o tribunal decidiu que a Comissão não tinha legitimidade para intervir em juízo.

¹⁵ Carta de 31 de Julho de 2003, dirigida à delegação da OTM na província de Nampula.

Como referi, inicialmente a luta dos trabalhadores junto do governo estava fragmentada. A aquisição da fábrica em 1992 por parte de um empresário e político espanhol e, mais tarde (2003), pela Gani Comercial, despoletou uma nova vaga de reivindicações dos trabalhadores. Existindo, agora, uma entidade patronal com rosto visível, foram-lhe directamente colocadas as exigências dos trabalhadores. Perante as dificuldades de negociação com a Gani Comercial, o comité sindical e a comissão de trabalhadores juntaram forças, passando a partilhar a mesma estratégia de luta e defendendo os interesses de todos os trabalhadores, isto é, colocando em simultâneo as questões das indemnizações e dos salários em atraso.

A mobilização dos demais trabalhadores dependeu principalmente do chamamento “boca-à-boca” e do recurso à rádio comunitária do Inguri, o bairro mais populoso da cidade de Angoche. Cada trabalhador era um potencial mobilizador sobretudo dos trabalhadores residentes fora da cidade. É certo que muitos trabalhadores oriundos de outros distritos e províncias acabaram por fixar residência em Angoche ou nas proximidades da cidade, o que facilitou bastante a mobilização para a luta. Mas uma parte considerável vive fora da cidade ou até mesmo do distrito de Angoche, sendo acolhidos na cidade por amigos ou familiares. Alguns chegam mesmo a percorrer diariamente mais de 30 quilómetros a pé ou de bicicleta até a cidade para participarem na luta.

4.2. O processo de luta

A luta dos trabalhadores desenvolveu-se em duas fases distintas. Uma, mais “pacífica”, de interpelação por cartas dirigidas ao governo e aos órgãos do Estado. Outra, mais radical, de confrontação violenta contra o governo, o Estado e a Gani Comercial. Esta fase combina os métodos utilizados anteriormente, com as acções de ocupação dos imóveis da CCA e de alguns espaços da cidade, para além de manifestações diárias pelas ruas da cidade, marchando e cantando. “Bater as latas” é o nome por que ficou conhecida esta fase de luta, caracteriza uma particular forma de protesto, através da qual os trabalhadores transmitem uma mensagem de mágoa, de luta e de esperança.

Ao interpelarem o governo, o Estado e a Gani Comercial por cartas, petições, processos judiciais, etc., ao se concentrarem todos os dias na sede da CCA, ao ocuparem os escritórios, as casas e fábrica da CCA, ao marcharem pelas ruas da cidade, ao cantarem, ao proferirem palavras de ordem, os trabalhadores recorrem à linguagem dos direitos dos trabalhadores, dos direitos

humanos, da dignidade humana, da moçambicanidade, da cidadania, do desenvolvimento, da luta dos povos e dos trabalhadores e da revolta contra a exploração. Mas também apelam à compaixão e ao paternalismo por parte do Estado.

Os artefactos de luta mobilizados pelos trabalhadores tomam múltiplas formas e direcções, por vezes até cruzadas, em função do interlocutor, da fase da luta e dos interesses que pretendem combater ou salvaguardar: queixam-se do antigo Secretário de Estado de Caju e dos proprietários privados da CCA por terem contribuído para a delapidação do património da empresa; nalguns casos insurgem-se contra o governo, afirmando que se sentem traídos enquanto moçambicanos porque excluídos dos projectos de desenvolvimento; noutros mostram ressentimento em relação à região sul de Moçambique, por eles associada à prosperidade e à proveniência da elite política e económica do país; por vezes assumem-se como membros da Frelimo, reivindicando um tratamento mais digno por parte do governo; também se assumem como apartidários (defensores de interesses exclusivamente económicos dos trabalhadores), tentando escudar-se das acusações de que pertencem à Renamo; revoltam-se contra a Gani Comercial, mostrando que age com má fé, questionando a sua moçambicanidade e exacerbando a sua origem indiana; queixam-se sempre do administrador de Angoche, enquanto intermediário das partes em conflito, mas também representante local do governo; não reconhecem qualquer legitimidade à OTM-CS, considerada cúmplice da Gani Comercial; nas fases mais críticas da luta, questionam a Gani Comercial e o governo em simultâneo; desculpabilizam a Gani e culpam o governo, tentando justificar a ocupação da estrada; invocam a memória da luta armada de libertação e das vítimas de massacres do colonialismo para justificarem o corte dos acessos à cidade; e insurgem-se contra a manipulação dos trabalhadores por parte do comité sindical.

Os trabalhadores da CCA contam também com a solidariedade dos angocheanos. A luta que desenvolvem é acompanhada pela generalidade dos angocheanos, atentos ao que vai acontecendo. Por parte de algumas pessoas, sobretudo funcionários da administração e de outras instituições do governo distrital, que por diversas razões não podem assumir livremente a sua posição, recebem apoios velados. Na maior parte das vezes, esse apoio traduz-se na transmissão de informações confidenciais e na disponibilização de documentos recebidos ou expedidos pela administração. Outros angocheanos, em especial os pequenos comerciantes, prestam apoio material (fornecem papel, oferecem fotocópias, enviam fax, etc.). A rede de informações dos

trabalhadores permite conhecer os passos do administrador do distrito, o representante mais próximo do governo e, aos olhos dos trabalhadores, apoiante da Gani Comercial.

No quotidiano de luta e de vida dos trabalhadores interpenetram-se vários elementos identitários colectivos. Em primeiro lugar, vai sendo construída uma identidade colectiva enquanto trabalhadores da fábrica de caju. Nunca se referindo a si próprios como “ex” ou “antigos” trabalhadores, assumem a sua identidade operária como trabalhadores ainda vinculados à CCA.

Ainda que não estejam em termos formais perante uma paralisação do trabalho (e tendo consciência deste facto), os trabalhadores denominam “greve” à fase de radicalização da luta. Coerentemente, seguem todos os procedimentos formais de convocação das greves. Assim, os trabalhadores reconstroem simbolicamente o campo de trabalho e de legalidade que lhe deve regular.

Em segundo lugar, os trabalhadores vão partilhando a história da fábrica e reconstruindo uma memória de resistência. Embora poucos conheçam com precisão os factos que marcam essa história, todos comungam as mesmas motivações para a luta, reconhecendo-a como legítima para a afirmação dos seus direitos e para combater as injustiças que sofrem. Terceiro, enquanto trabalhadores e angocheanos que lutam contra poderes hegemónicos, assumem-se como herdeiros legítimos da bravura de Farrallahi, o último sultão de Angoche.¹⁶ Em quarto lugar, orgulham-se do passado áureo de «Angoche industrial», são nostálgicos das regalias profissionais e sociais de que beneficiaram os trabalhadores da CCA durante o período colonial e partilham as mágoas da vida precária a que estão condenados.

Mas no seio dos trabalhadores também se manifestam e se reconstroem sub-identidades, não só produto da multiplicidade de experiências (e imaginações) de vida, como também dos interesses que se criam em torno da fábrica e da luta. Como realça José Manuel Mendes, os grupos e as pessoas que resistem à dominação também têm as suas divisões políticas internas, construídas em torno de questões étnicas, raciais, económicas e sexuais. Os subordinados, afirma ainda Mendes, não têm só uma política reactiva mas também produzem e são activos a nível político. No domínio da cultura, os subordinados também são produtores e produzem culturas e

¹⁶ Omar bin Nacogo Farallahi contestou a dominação portuguesa. Chegou a cercar Angoche e a cobrar impostos a quem passasse, incluindo aos representantes da administração portuguesa.

subculturas alternativas, num jogo complexo e fascinante de lealdades, alianças e categorias flexíveis” (Mendes, 2003a:72).

No caso da CCA, as fracturas internas prenderam-se fundamentalmente com as diferenças de interesses e de expectativas em relação ao valor das indemnizações a receber, e também com as dificuldades em assegurar a gestão participada e transparente da luta e dos poucos recursos disponíveis.

Por um lado, na maior parte das vezes as decisões eram pouco participadas, sendo tomadas pelos grupos mais poderosos entre os trabalhadores, isto é, pelos homens que falavam mais alto e pelos membros do comité sindical e da comissão de trabalhadores. Por outro lado, o facto de nunca ter sido apresentada qualquer justificação dos gastos das contribuições dos trabalhadores para diversos fins (transporte, papel, correio, telefone, etc.) fez com se levantassem suspeitas sobre o destino do dinheiro. O facto dos próprios trabalhadores trazerem à luz estas questões é um dado importante, revelador da preocupação de evitar que os sucessos das lutas sociais não sejam alcançados à custa da liberdade e da democracia interna dos que nelas participam.

A luta dos trabalhadores desenvolveu-se num permanente processo de (re)construção estratégica de alianças, cumplicidades, rivalidades, desconfianças, etc. Contudo, a violência do poder foi determinante para a transformação das divergências entre os trabalhadores num factor de ruptura e de fragilização da luta. Esta violência consubstanciou-se na prepotência do governo e do Estado (durante anos permanecendo em silêncio em relação aos pedidos de esclarecimento dos trabalhadores; ameaçando e detendo os trabalhadores); na aliança entre a central sindical (OTM-CS) e os proprietários da CCA (opondo-se a Central à luta dos trabalhadores); no exercício da violência física e simbólica por parte da polícia e dos tribunais (que, desrespeitando as regras elementares do direito, utilizam-no como mero instrumento de controlo político e social para deslegitimarem a luta dos trabalhadores e condená-los a penas de prisão); na violência económica (deixando os trabalhadores sem uma fonte segura de sobrevivência, transferindo-os e despedindo-os abusivamente); e na violência psicológica (simulando a resolução do conflito, tentando esgotar a capacidade de resistência dos trabalhadores, fazendo propostas manifestamente injustas).

No seu conjunto, estas manifestações de violência acentuaram o medo, a vulnerabilidade, a pressão, as diferenças e as contradições entre os trabalhadores. Ao propor o pagamento de 73 mil meticais (cerca de 3 Dólares americanos) – correspondentes ao valor nominal de sete meses de salário que ficaram por pagar em 1984 – aos 1793 trabalhadores; e o pagamento de

indenizações que oscilam entre 50 e 200 milhões de meticais (entre e mil e 4 mil Dólares americanos) aos 38 trabalhadores que tinham continuado a trabalhar na fábrica, o governo fê-lo consciente de que naquele contexto de pobreza, de desgaste, e de acentuada pressão social, a proposta surtiria o efeito desejado: a ruptura definitiva entre os trabalhadores e a fragilização da luta.

Perante o clima de violência, e estando na iminência de resolver os seus problemas mais imediatos, os 38 trabalhadores representados pelo comité sindical hesitaram em tomar medidas mais radicais na luta. Esta atitude resultou na descredibilização dos líderes sindicais, tendo inclusivamente sido fisicamente violentados pelos demais trabalhadores.

Os 38 trabalhadores acabaram por receber as indenizações a que tinham direito. Embora prometendo continuar a luta, a verdade é que a sua disponibilidade e motivação deixou de ser a mesma. Os demais trabalhadores continuaram a luta sem o comité sindical. Ao frisarem que os sindicalistas “não são os donos da greve”, os trabalhadores traduzem a consciência da sua autonomia para a condução dos seus destinos e da luta pelo reconhecimento dos seus direitos.

Mas a violência contra os trabalhadores é também uma forma de reacção contra as potencialidades da luta que desenvolvem. Pois, mais do que caracterizar os processos e uma forma particular de reivindicação de direitos, as cartas, exposições e petições dirigidas ao governo e às instituições do Estado e o “bater as latas”, significam uma tomada de posição política contra a opressão e a invisibilidade a que os trabalhadores estão sujeitos. Através do processo de luta, os trabalhadores contestam e transgridem os limites tradicionais de participação política e conquistam o lugar que lhes tem sido negado pelos poderes que combatem, o lugar de sujeitos da história.

A partir das margens em que se situam os trabalhadores, mais do que tornar incómodo o exercício do poder, puseram a nu as estruturas de poder que as oprimem, inviabilizaram as estratégias de acumulação que as orientam, e forçaram o governo a reconhecer-lhes, de direito e de facto, poder e legitimidade de negociação política, ainda que depois de 20 anos de indiferença.

O envolvimento dos trabalhadores na campanha eleitoral das legislativas e presidenciais (de 2004) pelo partido Frelimo, a troca da liberdade dos trabalhadores que tinham sido condenados à penas de prisão e da promessa de pagamento dos salários e das indenizações – acordo cujos termos foram firmados em acta assinada pelos trabalhadores e representantes locais do governo – é o exemplo mais paradigmático desse reconhecimento (obviamente, para além de nos revelar a

interpenetração e comunhão de interesses entre os poderes político, económico e judicial). O caso da CCA mostra-nos pois que, à semelhança do que Mendes (2004) encontrou noutra contexto histórico e político, que nos processos de luta, não se cruzam apenas identidades e narrativas individuais e colectivas múltiplas, como também se contribui para a criação de um espaço público dialógico e participado, onde se testa a possibilidade efectiva de criar práticas emancipatórias que interpelam a hegemonia do Estado ou de outros poderes.

5. Conclusão

Foi recentemente publicado um relatório de avaliação à sociedade civil moçambicana (Francisco *et. al.*, 2007). Apesar de se propor a analisar uma realidade mais alargada, o estudo acaba por ser sobretudo um exercício de introspecção do que se tem designado “sociedade civil organizada”. Nessa avaliação com recurso a “indicadores de amplitude” conclui-se que a sociedade civil moçambicana é pouco participativa. Esclarece-se no trabalho que a “amplitude da participação” é medida tendo por base a acção política não-partidária, a prestação de donativos ou de obras de beneficência, ser membro de uma organização da sociedade civil, a intervenção social como voluntário e a integração em acções comunitárias. Concretiza-se, ainda, que, para além de uma pequeníssima parte dos cidadãos (menos de 1%) fazerem parte de organizações da sociedade civil, em Moçambique ainda são praticamente desconhecidas as “formas de luta não partidárias” como a greve, as manifestações e as petições.

Para além de que ser bastante abundante o tema das resistências na historiografia moçambicana, a realidade mostra as fragilidades daquele tipo de essencialização da sociedade. As formas de organização social e de participação política (no sentido de gestão da vida pública) são múltiplas, não sendo possível amarrá-las em critérios únicos, empacotados, que mais dirão a quem os introduz do às pessoas e instituições a quem pretendem dirigir-se.

Entendo que aquele tipo de exames de consciência da sociedade civil corresponderá precisamente ao que Depelchin (2005) designa “síndrome de descobrimento e de absolvição”, procurando, assim, alcançar dois objectivos complementares. Por um lado, pretende veicular uma certa ideia de desenvolvimento, um percurso evolutivo que as sociedades deverão necessariamente percorrer para merecerem o estatuto de “civil”. Pois, como diria Gupta (1998: 11), ser subdesenvolvido é também uma importante forma de identidade no mundo pós-colonial, sendo considerado como sinónimo de atrasado, deficiente e inadequado.

Por outro lado, com aquelas classificações da sociedade civil, visa-se não só legitimar as intervenções no sentido curar as enfermidades sociais diagnosticadas, como também reivindicar para determinados actores o monopólio da acção política enquanto representantes (credíveis, maduros, fortes e organizados) dos cidadãos. Significa, em última instância, reconhecer para uma autoproclamada e promovida sociedade civil a exclusividade de dialogar com o governo e com as instituições internacionais de cooperação. É assim que os fóruns consultivos não sejam mais do que mecanismos de construção de “parcerias inteligentes” através das quais, por um lado, são legitimadas as políticas governamentais e, por outro lado, as organizações beneficiam das prerrogativas de serem “representativos”. Como diria Issa Shivji (2006), de facto, o que tem sido característico nos discursos sobre a sociedade civil, concebida como sinónimo de ONG, é precisamente o silêncio em torno da sua natureza, isto é, tem sido falsamente entendida como não-governamental, sem motivações políticas, não-partidária, desprofissionalizada e não-lucrativa.

Este artificialismo tem o seu reverso: é engendrado à custa da exclusão de outros actores. É isso que nos ilustra o caso da CCA. Por um lado, mostra-nos quanto limitados e incongruentes têm sido os projectos de desenvolvimento ensaiados em Moçambique desde a independência nacional, transformando as promessas da independência nacional numa quimera. Por outro lado, ensina-nos que o desfazamento entre a retórica e a prática de participação política e cidadã é uma realidade (ainda) estruturante da sociedade moçambicana.

Mas a experiência de luta dos trabalhadores também no ensina que outra coisa: que as dinâmicas e possibilidades de participação política em Moçambique são múltiplas, isto é, que não se esgotam nas lógicas de selecção natural da sociedade civil. O caso da CCA, à semelhança de outros exemplos encontrados em Moçambique,¹⁷ mostra que também por via da luta podem ser abertos espaços de participação política e de construção de uma cidadania activa.

Ainda que as exigências dessas lutas não sejam imediata ou absolutamente satisfeitas, elas são portadoras de inquestionável potencial transformador na medida em que significam, acima de tudo, que os protagonistas negam a condição de não-existência e de invisibilidade de que fala Santos (2007). Ou, como afirma Scott (1985), os artefactos, as linguagens e os símbolos da resistência veiculam sempre um determinado conteúdo político de luta contra a justificação

¹⁷ Alguns exemplos: Isaacman e Isaacman, 1979; Serra, 1983; Gentili, 1993, 1999; Penvenne, 1993; Mbilana, 1997; Newitt, 1997; O’Laughlin, 2002; Bonate, 2003; Manghezi, 2003; Oppenheimer, 2004.

racional da opressão. Por isso, como diz Scott (1985: 29), mesmo quando as lutas não atingem o objectivo a que se propõem, sempre alcançam alguma coisa, quanto mais não seja uma memória de resistência que fica para o futuro. No caso das lutas dos trabalhadores de Angoche, sem dúvida que contribuem para manter abertas as portas da história.

Bibliografia

Bonate, Liazzat J.K. (2003). «The Ascendance of Angoche. The Politics of Kinship and Territory in Nineteenth Century Northern Mozambique». *In Lusotopie 2003*, pp. 115-140.

Conselho Municipal de Angoche (2001). *Plano de Estrutura do Município de Angoche. Análise da situação actual* (Volume I).

Deloitte & Touche ILA (Africa) (1997). *Cashew marketing liberalisation impact study, Mozambique*. Maputo: Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. [Final Report]

Depelchin, Jacques (2005). *Silences in Africa history: between the syndromes of discovery and abolition*. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers.

Francisco, António Alberto da Silva; Matter, Konrad (2007). *Poverty Observatory in Mozambique*. Washington: World Bank. [Final Report]

Francisco, António; Mucavele, Albertina; Monjane, Paula; Seuane, Sónia (2008). *Índice da sociedade civil em Moçambique, 2007*. Maputo: FDC. [Relatório de investigação]

Gentili, Anna Maria (1993). «Subversão no distrito de Cabo Delgado entre 1950 e 1960, segundo as fontes administrativas locais». *In Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, n.º 14*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane, pp. 103-116.

Gentili, Anna Maria (1999). *O Leão e o Caçador. Uma História da África Sub-sahariana dos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

Gupta, Akhil (1998). *Postcolonial developments. Agriculture in the making of modern India*. London: Duke University Press.

Hilmarsson, Hilmart T. (1995). «Cashew Pricing and Marketing in Mozambique». World Bank Working Paper. Maputo.

Instituto Nacional de Estatística (1999). *II Recenseamento Geral da População 1997. Resultados definitivos – província de Nampula*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Instituto Nacional de Estatística (2006). *Censo às instituições sem fins lucrativos*. Maputo: INE.

Issacman, Allen e Issacman, Barbara (1979). *A tradição de resistência em Moçambique: o vale do zambeze, 1850-1921*. Porto: Edições Afrontamento.

Leite, Joana Pereira (1999). «A guerra do caju e as relações Moçambique-Índia na época pós-colonial». Lisboa: CESA, *Documentos de Trabalho n.º 57*. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/DocTrab_57.prf (acedida no dia 04.05.05).

Mamdani, Mahmood (1996). *Citizen and Subjects. Contemporary Africa and Legacy of Late Colonialism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.

Manghezi, Alpheus (2003). *Trabalho forçado e cultura obrigatória do algodão: o colonato do limpopo e o reassentamento pós-independência 1895-1981*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Mbilana, Guilherme (1997). *Posicionamento dos chefes tradicionais e o comportamento da sua autoridade perante o poder político central no distrito de Marracuene*. Maputo, Tese de licenciatura, UEM/Faculdade de Letras.

McMillan, Margaret; Rodrik, Dani e Welch, Karen Horn (2002). «When economics reforms goes wrong: cashew in Mozambique». Massachusetts, NBER Working Paper n.º 9117, <http://www.nber.org/papers/w9117> (acedida no dia 04.05.05).

Mendes, José Manuel de Oliveira (2003). *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*. Porto: Edições Afrontamento.

Mendes, José Manuel de Oliveira (2004). «Uma localidade da Beira em protesto: memória, populismo e democracia». In Santos, Boaventura de Sousa (org.). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 156-191.

Newitt, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América.

O'Laughlin, Briget (2002). «Proletarianisation, Agency and Changing Rural Livelihoods: Forced Labour and Resistance in Mozambique». *Journal of Southern Africa Studies, Volume 28, Number 3, September*, p 511-530.

Oppenheimer, Jochen (2004). «Os Madgermanes: os trabalhadores moçambicanos na antiga República Democrática Alemã». In *Lusotopie 2004*, pp. 85-105. <http://www.lusotopie.cean.org/oppenheimer2004.pdf> (acedida no dia 18.01.2007).

Ossemane, Hélder (1999). «A guerra das metáforas – o peixe, a morte e o sangue». In Serra, Carlos (Dir.). *O eleitorado incapturável*. Maputo: Livraria Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, pp. 261-274.

Penvenne, Jeanne (1993). *Trabalhadores de Lorenzo Marques (1870-1974)*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, Universidade Eduardo Mondlane.

Ribeiro, Fernando Bessa (2004). *Sistema mundial, Manjacaze e fábricas de caju: uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*. Vila Real: Departamento de economia, sociologia e gestão da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro [Tese de doutoramento].

Santos, Boaventura de Sousa (2007). «Beyond abyssal thinking: from global lines to ecology of knowledge». *In Review*, (XXX-1-2007). [<http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/AbyssalThinking.pdf>, acedida no dia 20 de Agosto de 2007].

Scott, James C. (1985). *Weapons of the weak. Everyday forms of peasant resistance*. New Haven and London: Yale University Press.

Serra, Carlos (1983). *Para a história da arte militar moçambicana*. Maputo: Cadernos Tempo.

Serra, Carlos (2003). *Em cima de uma lâmina*. Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane.

Shivji, Issa G. (2006). «The Silences in the NGO Discourse: The role and future of NGOs in Africa». In *Africa Development*, Vol. XXXI, No. 4, pp. 22-51.

World Bank (1995). *Mozambique – Impediments to industrial sector recovery*. Sector Report no. 13752-MZ, 22 August.

World Bank (1995a). *Country Assistance Strategy*. Report no. 15067-MOZ.